

Demonstrações Contábeis

UHE São Simão Energia S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente



Índice

Relatório da administração.....	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	8
Demonstrações contábeis	
Balço patrimonial	13
Demonstração do resultado	15
Demonstração do resultado abrangente	16
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	17
Demonstração do fluxo de caixa	18
Demonstração do valor adicionado.....	19
Notas explicativas às demonstrações contábeis	20

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



1 – Mensagem da CEO

Prezados acionistas, investidores, colaboradores e parceiros,

Encerramos 2025 com a convicção de que estamos no caminho certo: evoluindo com responsabilidade, ampliando nosso impacto positivo e fortalecendo, ano após ano, o compromisso que assumimos com o Brasil, com as pessoas e com o futuro da energia.

A UHE São Simão segue sendo um ativo estratégico — não apenas pela sua capacidade instalada de 1.710 MW e pela relevância para o sistema elétrico nacional, mas porque simboliza a forma como escolhemos operar: com segurança, cuidado e eficiência. Em um ano marcado pelo despacho otimizado do ONS, entregamos uma geração líquida de 8,95 milhões de MWh, mantendo estabilidade operacional e reforçando nossa resiliência.

Mais uma vez, mostramos que é possível crescer com disciplina financeira. Reduzimos nossa dívida líquida, mantivemos nossa receita sólida e seguimos elevando a eficiência administrativa. Esses resultados refletem uma gestão rigorosa, integrada e alinhada às melhores práticas do setor.

Mas o que mais nos orgulha é aquilo que vai além dos números. Nossa energia vem das pessoas — de um time diverso, dedicado e profundamente comprometido com a evolução contínua. É isso que sustenta nossa ambição de aperfeiçoar o setor energético e contribuir ativamente para um país cada vez mais sustentável.

Temos consciência de que o contexto regulatório está mudando, especialmente diante da Reforma Tributária. Estamos acompanhando cada etapa, avaliando impactos e preparando a Companhia para navegar no novo cenário com segurança, adaptabilidade e visão de longo prazo.

Chegamos até aqui porque acreditamos que segurança é valor fundamental, inovação é caminho e evolução é compromisso diário. Levamos isso a sério — não como discurso, mas como prática.

Muito obrigada pela confiança e parceria. Seguimos em frente — sempre evoluindo.

Adriana Waltrick
CEO

2 – Nossos Princípios

Visão Gera Evolução

Trazemos da Ásia a ambição de sermos um dos maiores players de energia do Brasil.

No entanto, nossos objetivos vão muito além do crescimento da organização: queremos mostrar como a geração de energia segura pode beneficiar nossas comunidades, o país e o planeta. Temos uma visão clara de que podemos - e vamos - mudar o setor.

A Nossa Energia Vem da Soma

A diversidade é o que faz brilhar nossos olhos: o time da UHE SÃO SIMÃO é composto por pessoas de diferentes origens, idades e etnias. Somos mais vibrantes, criativos e completos quando juntamos toda essa riqueza em um só lugar. E é ela que nos ajuda a criar valor conjunto e caminhar — com mais força — em direção a nossos objetivos.

Segurança é a Base do Cuidado

Temos orgulho de ser uma empresa que reinterpreta a segurança, indo além de seu sentido literal. Somos apaixonados por cuidar de nossos públicos e de nossas comunidades.

Criamos uma conexão humana com todos em nosso ecossistema e estamos impactando o mercado nacional, trazendo uma abordagem mais segura para o setor de geração de energia.

3 – Ativo

A companhia UHE São Simão é uma usina hidrelétrica com capacidade instalada total em operação de 1.710 MW⁽¹⁾ que iniciou sua operação comercial em 2018 e sua concessão para operar finda-se em 2048.

3.1 – Volume contratado

Ativo	Tipo	Garantia Física (MWm)	Energia contratada (MWm)	Prazo
UHE São Simão	ACR	841,4	841,4	2048
UHE São Simão	ACL	360,6	-	Negociado com terceiros
Total portfólio		1.202⁽¹⁾	841,4⁽¹⁾	

4 – Desempenho operacional

A geração líquida total da Usina de São Simão alcançou 8.953.672 MWh em 2025, o que representa uma variação de 1,06% em relação aos 9.049.733 MWh gerados em 2024. Essa redução decorreu, principalmente, do despacho otimizado realizado pelo ONS, que influenciou o volume de geração no período.

A receita proveniente das vendas no ACL totalizou R\$ 425.900 em 2025, apresentando um crescimento de 6,13% frente aos R\$ 400.530 registrados em 2024. Esse desempenho foi impulsionado, sobretudo, por: i) melhora no preço médio de venda; e ii) maior efeito positivo da modulação, que ampliou a captura de valor no mercado livre.

(1) informação não auditada.

5 – Desempenho financeiro

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Dívida Bruta		
Empréstimos em moeda estrangeira	994.950	1.129.236
Debêntures	2.382.206	2.274.623
Arrendamento	33.495	36.737
Derivativos a Pagar	2.622	1.351
	<u>3.413.273</u>	<u>3.441.947</u>
(-) Ativos Financeiros		
Alta Liquidez (Caixa e equivalentes)	419.594	236.760
Derivativos a Receber	100.189	229.807
	<u>519.783</u>	<u>466.567</u>
Dívida Líquida	<u>2.893.490</u>	<u>2.975.380</u>

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>Variação</u>	<u>%</u>
Receita operacional líquida	1.904.192	1.889.467	14.725	1%
Custo de operação	(446.456)	(426.744)	(19.712)	5%
Lucro bruto	<u>1.457.736</u>	<u>1.462.723</u>	<u>(4.987)</u>	<u>0%</u>
Despesas Administrativas	(106.702)	(110.490)	3.788	-3%
Outras (despesas) receitas operacionais	2.496	2.302	194	8%
Lucro antes do resultado financeiro	<u>1.353.530</u>	<u>1.354.535</u>	<u>(1.005)</u>	<u>0%</u>
Depreciação/amortização	109.031	101.087	7.944	8%
EBITDA	<u>1.462.561</u>	<u>1.455.622</u>	<u>6.939</u>	<u>0%</u>
Dívida Líquida	<u>2.893.490</u>	<u>2.975.380</u>	<u>(81.890)</u>	<u>-3%</u>

6 – Gestão Tributária

Durante o exercício, a Companhia manteve uma gestão tributária alinhada às melhores práticas de governança corporativa, observando rigorosamente a legislação vigente e integrando sua estratégia fiscal ao planejamento de crescimento sustentável no setor de geração de energia hidrelétrica. A atuação responsável na área tributária visa assegurar conformidade, eficiência e previsibilidade, contribuindo para a solidez econômico-financeira da Companhia.

No âmbito de sua estratégia de inovação e busca contínua por eficiência operacional, a Companhia usufrui dos incentivos fiscais estabelecidos pela Lei do Bem (Lei nº 11.196/2005), destinados ao estímulo de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica. Os investimentos realizados no período contribuíram para o aprimoramento de processos internos, elevação da eficiência energética e adoção de soluções tecnológicas mais sustentáveis, fortalecendo a competitividade e a perenidade do negócio.

Adicionalmente, a Companhia direciona parcela do imposto de renda devido para o apoio a iniciativas sociais, culturais e esportivas, por meio dos mecanismos legais de incentivo fiscal previstos na Lei Rouanet (Lei nº 8.313/1991) e na Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438/2006). Essas ações reforçam o compromisso da Companhia com a responsabilidade social e com o desenvolvimento socioeconômico das comunidades em que está presente.

A Administração acompanha de forma contínua os debates e avanços referentes à Reforma Tributária em curso no país, analisando seus potenciais impactos sobre as operações, estrutura de custos e carga tributária da Companhia. Esse monitoramento constante permite preparar-se adequadamente para as futuras alterações regulatórias, garantindo a mitigação de riscos e a manutenção da sustentabilidade e da solidez financeira no longo prazo.



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 9º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Diretores e Acionistas da
UHE São Simão Energia S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da UHE São Simão Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Ativo financeiro vinculado à concessão

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo do ativo financeiro vinculado à concessão registrado no ativo circulante e não circulante totalizou R\$7.889.357 mil. A parcela do montante pago pela outorga (direito de concessão) relacionada ao direito incondicional da Companhia de receber caixa pela venda de energia no ambiente de contratação regulado é classificada como ativo financeiro. A outra parcela, que representa o valor pago da Bonificação de Outorga para adquirir o direito de vender parte da energia produzida no Ambiente de Contratação Livre (ACL), é classificada como ativo intangível.

A determinação do ativo financeiro para o reconhecimento inicial e as mensurações posteriores demandam o estabelecimento de modelos financeiros, com a utilização de estimativas e premissas que exigem julgamentos significativos da diretoria e podem impactar as demonstrações contábeis.

Em decorrência do descrito acima, bem como pela relevância dos valores envolvidos, consideramos essa área como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esses assuntos

Nossos procedimentos de auditoria em relação ao ativo financeiro vinculado à concessão, incluíram, entre outros: (i) avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia, e entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento das receitas e custos relacionados à execução do contrato; ii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iii) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de *performance* previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (iv) análise da alocação da contraprestação prevista nos contratos de concessão a cada uma das obrigações de *performance*; (v) análise de eventual risco de penalizações por indisponibilidade; (vi) análise dos impactos oriundos da Receita Anual de Geração (RAG), por meio de inspeção das resoluções e notas técnicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual de Geração (RAG) e verificação das bases de remuneração; (vii) análises das comunicações do órgão regulador; e (viii) revisão das divulgações efetuadas nas notas explicativas às demonstrações contábeis.



**Shape the future
with confidence**

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento do ativo financeiro vinculado à concessão da Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



**Shape the future
with confidence**

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.




**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O


Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador CRC PE-026317/O

UHE São Simão Energia S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	419.594	236.760
Contas a receber de clientes	5	43.315	41.968
Ativo financeiro da concessão	6	1.211.942	877.153
Impostos a recuperar	7	20.793	100.668
Depósitos Judiciais		9	-
Estoque		14.825	10.950
Instrumentos financeiros derivativos		100.189	-
Outros ativos		24.396	23.186
Total ativo circulante		1.835.063	1.290.685
Não circulante			
Ativo financeiro da concessão	6	6.677.415	6.731.156
Depósitos judiciais		357	210
Instrumentos financeiros derivativos	11 e 21	-	229.807
Partes relacionadas	8	154	162
		6.677.926	6.961.335
Ativo de direito de uso		29.191	33.312
Imobilizado	9	18.575	16.643
Intangível	10	2.368.259	2.437.343
		2.416.025	2.487.298
Total ativo não circulante		9.093.951	9.448.633
Total dos ativos		10.929.014	10.739.318

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UHE São Simão Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		86.814	87.548
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	1.288.639	21.892
Arrendamentos		3.545	3.242
Obrigações sociais e trabalhistas		27.818	28.276
Impostos a recolher	7	139.519	88.369
Dividendos	8 e 15	474.838	171.017
Encargos setoriais	12	27.196	29.585
Instrumentos financeiros derivativos	11 e 21	2.622	1.351
Outros passivos		2	1
Provisão - Capex melhorias	14	194.709	129.214
Total passivo circulante		2.245.702	560.495
Não circulante			
Fornecedores		21.410	11.424
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	2.088.517	3.381.967
Arrendamentos		29.950	33.495
Provisões para contingências	13	931	552
Impostos diferidos	20	806.744	722.818
Partes relacionadas	9	29	29
Outros passivos		1.956	2.605
Provisão - Capex melhorias	14	380.207	522.661
Total passivo não circulante		3.329.744	4.675.551
Patrimônio Líquido			
Capital social	15	2.912.000	2.912.000
Reservas de lucros		2.441.568	2.591.272
Total patrimônio líquido		5.353.568	5.503.272
Total dos passivos e patrimônio líquido		10.929.014	10.739.318

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UHE São Simão Energia S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto resultado por ação)

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita operacional líquida	17	1.904.192	1.889.467
Custo de operação	18	(446.456)	(426.744)
Lucro bruto		1.457.736	1.462.723
Administrativas	18	(106.702)	(110.490)
Outras (despesas) receitas operacionais	18	2.496	2.302
Lucro antes do resultado financeiro		1.353.530	1.354.535
Receitas financeiras		64.261	49.449
Despesas financeiras		(402.982)	(412.193)
Variação monetária/cambial líquida		3.086	(3.639)
Resultado financeiro líquido	19	(335.635)	(366.383)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.017.895	988.152
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	(197.810)	(140.334)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	(83.926)	(127.748)
Lucro líquido do exercício	16	736.159	720.070
Lucro por ação	16		
Quantidade de ações no final do exercício		2.912.000.000	2.912.000.000
Lucro líquido por ação, básico e diluído em Reais		0,2528	0,2473

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UHE São Simão Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	736.159	720.070
Outros resultados abrangentes		
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>736.159</u></u>	<u><u>720.070</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Nota	Capital social	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>2.912.000</u>	<u>2.042.219</u>	<u>-</u>	<u>4.954.219</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	720.070	720.070
Constituição de reserva legal	-	36.003	(36.003)	-
Destinação de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(171.017)	(171.017)
Destinação para reserva de lucros	-	513.050	(513.050)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>2.912.000</u>	<u>2.591.272</u>	<u>-</u>	<u>5.503.272</u>
Pagamento de dividendo adicional - AGE de 31 de julho de 2025	-	(261.025)	-	(261.025)
Pagamento de dividendo adicional - AGE de 03 de novembro de 2025	-	(150.000)	-	(150.000)
Dividendos adicionais declarados – AGE de 22 dezembro de 2025	-	(300.000)	-	(300.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	736.159	736.159
Destinação do resultado do exercício	15			
Constituição de reserva legal	-	36.808	(36.808)	-
Destinação de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(174.838)	(174.838)
Destinação para reserva de lucros	-	524.513	(524.513)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>2.912.000</u>	<u>2.441.568</u>	<u>-</u>	<u>5.353.568</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UHE São Simão Energia S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes dos tributos		1.017.895	988.152
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Ativo financeiro	6	(1.611.081)	(1.608.545)
Depreciações e amortizações		109.031	101.087
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	18	35	109
Juros e amortização de custos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	11	340.368	362.275
Arrendamentos - atualização financeira		3.165	3.235
CAPEX melhoria - AVP	14	52.092	48.907
Provisões para contingências - adição e atualização monetária	13	400	275
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária	12	4.986	4.976
Impostos a recuperar - atualização monetária		(4.531)	(14.293)
Descontos financeiros	11	-	(345)
		(87.640)	(114.167)
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Contas a receber de clientes		(1.347)	(482)
Ativo financeiro		1.330.033	1.262.057
Impostos a recuperar		84.406	138.640
Estoques		(3.875)	100
Caixa restrito e depósitos judiciais		(156)	(210)
Outros ativos		(6.747)	(6.042)
		1.402.314	1.394.063
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		9.252	25.206
Impostos a recolher		(13.093)	(17.585)
Obrigações sociais e trabalhistas		(458)	736
Encargos regulamentares e setoriais		(499)	2.241
Provisões para contingências		(21)	(572)
Outros passivos		3	(12)
		(4.816)	10.014
Caixa proveniente das atividades operacionais		1.309.858	1.289.910
Imposto de renda e contribuição social pagos		(133.567)	(62.679)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		1.176.291	1.227.231
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao imobilizado e intangível		(7.982)	(4.432)
Adições CAPEX melhorias		(160.852)	(223.005)
Partes relacionadas		8	(87)
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento		(168.826)	(227.524)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos		(582.042)	(248.671)
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures		(1.552)	(478.900)
Pagamentos de encargos de dívidas		(234.630)	(246.336)
Pagamentos de arrendamentos		(6.407)	(5.654)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento		(824.631)	(979.561)
(Diminuição) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		182.834	20.146
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		419.594	236.760
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		236.760	216.614
		182.834	20.146

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UHE São Simão Energia S.A.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2025	2024
Geração do valor adicionado	2.203.074	2.175.576
Receita operacional bruta	2.200.387	2.173.032
Outras Receitas	2.687	2.544
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(381.261)	(370.987)
Custos da energia comprada	(405)	(4.028)
Encargos de uso da rede elétrica	(299.468)	(286.744)
Materiais	(2.941)	(3.225)
Matéria-prima e insumos para produção energia	-	-
Serviços de terceiros	(56.412)	(57.478)
Outros custos operacionais	(22.035)	(19.512)
Seguros	(7.824)	(6.180)
(-) Recuperação de despesas	-	28
Provisões (reversão) para contingências judiciais	(332)	(183)
Outras despesas	(9.333)	(8.857)
Gastos com P&D	(4.546)	(4.320)
Valor adicionado bruto	1.821.813	1.804.589
Retenções	(106.249)	(98.610)
Depreciações e amortizações	(106.249)	(98.610)
Valor adicionado líquido produzido	1.715.564	1.705.979
Valor adicionado recebido em transferência	1.175.190	762.265
Receitas financeiras	1.175.190	762.265
Valor adicionado total a distribuir	2.890.754	2.468.244
Distribuição do valor adicionado	2.890.754	2.468.244
Pessoal e Encargos	79.112	79.665
Remuneração direta	62.560	62.013
Benefícios	12.534	13.580
FGTS	4.018	4.072
Impostos, taxas e contribuições	562.413	536.694
Federais	561.521	535.850
Estaduais	202	247
Municipais	690	597
Remuneração de capitais de terceiros	1.513.070	1.131.815
Juros	1.507.707	1.126.022
Arrendamentos	5.363	5.793
Remuneração de capitais próprio	736.159	720.070
Dividendos	174.838	171.017
Lucro a distribuir	561.321	549.053

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A UHE São Simão Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 21 de março de 2017, com sede em escritório central na Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1909 - Torre Norte - 27º andar - Vila Nova Conceição, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo. A Companhia é controlada pela SPIC Brasil Energia Participações S.A e em última instância pela State Power Investment Corporation China.

A Companhia tem como principal atividade a geração de energia elétrica a partir da Usina São Simão localizada no rio Paranaíba, na divisa dos Estados de Goiás e Minas Gerais, municípios Santa Vitória, no Estado de Minas Gerais e São Simão, no Estado de Goiás.

Contrato de concessão

Em 27 de setembro de 2017, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) realizou o Leilão de Concessões (Leilão de Geração nº 01/2017-ANEEL), no qual a Companhia foi ganhadora da concessão da Usina Hidrelétrica São Simão. A Receita Anual de Geração (RAG) a que a Concessionária tem direito pela disponibilização da parcela da garantia física de energia e de potência da Usina Hidrelétrica é alocada em regime de COTAS, sendo a RAG o percentual da garantia física de energia e de potência da Usina Hidrelétrica, alocada a determinada distribuidora. A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 001/2017 para prestação do serviço de geração de energia elétrica em 10 de novembro de 2017, que permite a exploração da Usina pelo período de 30 anos, contados a partir de 10 de maio de 2018, quando foi finalizado o período de Operação Assistida.

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia assinou o termo de aceitação da extensão da outorga por mais 124 dias, o que alterou a concessão que se encerraria em 10 de maio de 2048 para 11 de setembro de 2048.

A capacidade instalada da UHE São Simão é de 1.710 MW, sendo a Garantia Física assegurada de 1.202 MWm. Da energia assegurada, a Companhia possui comercializada nos seguintes ambientes: a) 841,4 MWm em regime de alocação de cotas de garantia física e de potência às concessionárias do serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional - SIN; b) 360,6 MWm no Ambiente de Contratação Livre - ACL por meio de contratos de curto e longo prazos, negociados com terceiros.

1.1. Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2025, o CCL da Companhia foi negativo em R\$ 410.639, em comparação ao CCL positivo de R\$ 730.190 em 31 de dezembro de 2024. A variação decorre principalmente de: (i) dividendos adicionais declarados em dezembro de 2025 no montante de R\$ 300.000, registrados no passivo circulante; e (ii) reclassificação para passivo circulante de dívida de curto prazo com vencimento previsto para outubro de 2026, em linha com a política de apresentação e critérios de classificação de passivos financeiros. É importante destacar que durante o exercício de 2025, a Companhia apresentou lucro líquido, no montante de R\$ 736.159 (R\$ 720.070 em 2024) e geração de fluxo de caixa operacional, no montante de R\$ 1.176.291 (R\$ 1.227.231 em 2024)

Apesar do cenário conjuntural, a Administração ressalta que a Companhia dispõe de instrumentos e alternativas de refinanciamento, tanto junto a instituições financeiras quanto no mercado de capitais, local e internacional. Esses mecanismos podem ser acionados conforme necessário para reforço da liquidez e alongamento do perfil da dívida, com possibilidade de rolagem por prazo mínimo de três anos, a taxas compatíveis com as praticadas no mercado para emissores com risco de crédito equivalente a BrAAA. A Administração está avaliando internamente a melhor alternativa para obtenção dos recursos necessários para o pagamento das dívidas com vencimento em 2026.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No quarto trimestre de 2025, a Companhia obteve a nota máxima de rating nacional (BrAAA) pela Fitch Ratings, reforçando sua sólida posição financeira e sua credibilidade perante investidores e credores. Essa classificação indica o mais baixo nível de risco de crédito no mercado doméstico.

A Administração avaliou detalhadamente a capacidade da Companhia de manter suas operações regulares pelos próximos doze meses após a data das demonstrações contábeis. Com base nessa avaliação, a Administração concluiu que a Companhia possui recursos suficientes e capacidade de geração de caixa para dar continuidade às suas operações no futuro previsível.

Diante das condições apresentadas, incluindo capacidade de refinanciamento, robustez financeira atestada por rating de crédito e projeções de geração de caixa, as demonstrações contábeis foram elaboradas com base no pressuposto de continuidade operacional, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

Em 25 de fevereiro de 2026, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2.1. Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estão em conformidade com as normas IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto para os itens mensurados ao valor justo em contrapartida ao resultado, os quais incluem (i) instrumentos financeiros derivativos; e (ii) passivos financeiros designados como objeto de *hedge* de valor justo (nota explicativa nº 21).

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações contábeis, tais como garantia física, capacidade de energia, energia não suprida, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

2.2 Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações contábeis a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações contábeis na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos.

Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão do negócio.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações contábeis foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações contábeis, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício.

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem, exceto:

- Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (*hedge*) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e
- Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior), reconhecidas inicialmente em “outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado quando da realização desses itens monetários.

Para fins de apresentação destas demonstrações contábeis, os ativos e passivos das operações são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício.

Quando há baixa de uma operação no exterior, todo o montante da variação cambial acumulada referente a essa operação registrada no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado do exercício.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos na elaboração destas demonstrações contábeis estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (nota explicativa 5);
- Ativo financeiro da concessão (nota explicativa 6);
- Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias (nota explicativa 20);
- Provisões para Capex melhorias (nota explicativa 14);

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (nota explicativa 21).
- Vida útil dos bens do imobilizado (nota explicativa 9);
- Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*) (nota explicativa 10);
- Arrendamentos; e
- Provisão para contingências (nota explicativa 13).

3. Políticas contábeis materiais

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. A adoção das políticas contábeis materiais e os conceitos estão descritos abaixo em cada uma das notas explicativas correspondentes.

3.1 Normas e Interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC18(R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	IFRS 10 IAS 28	Não definida
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	IFRS 9 IFRS 7	01.01.2026
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou <i>joint venture</i>	IFRS 18	01.01.2026

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações contábeis	Nova norma - estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	IAS 1	01.01.2027
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Publica de Divulgações	Permite que as subsidiárias apliquem as normas IFRS com requisitos de divulgação reduzidos	IFRS 19	01.01.2027

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações operacionais, de investimento e financiamento são segregadas conforme cada atividade e negócio da Companhia. A classificação por atividade proporciona informações que permitem aos usuários avaliarem o impacto de tais atividades sobre a posição financeira da entidade e o montante de seu caixa e equivalentes de caixa.

A Companhia classifica os juros pagos nas operações de empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos como atividades de financiamento em sua Demonstração de Fluxo de Caixa, pois estão totalmente atrelados a estas atividades de obtenção de recursos financeiros, ou seja, as operações de financiamentos contratadas como estratégia de composição da estrutura de capital da empresa, sendo esta uma estratégia financeira e não operacional.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixas e bancos	330	325
Aplicações financeiras de curto prazo (i)	<u>419.264</u>	<u>236.435</u>
	<u>419.594</u>	<u>236.760</u>

(i) As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos estão remunerados à taxa 100% a 100,25% em 2025 (taxa 100% a 101,25% em 2024) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e são vinculados a modalidade de aplicação CDB (Certificado de Depósito Bancário).

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber de clientes

	<u>Valores Correntes</u>		
	<u>Corrente a Vencer</u>		
	<u>Até 60 dias</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante			
Suprimento de energia elétrica	43.315	43.315	41.968
Total Circulante	43.315	43.315	41.968

Contas a receber decorrente do suprimento de energia elétrica no ambiente livre (ACL). A Companhia não tem expectativa de perdas estimadas sobre estes contratos.

6. Ativo financeiro da concessão

Política contábil

A Companhia considerou as orientações emanadas da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e as orientações descritas em Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão.

Com base nas características do contrato de concessão, a Companhia concluiu que a outorga paga será recuperada por meio de três fluxos de caixa, sendo dois deles advindos de suas atividades reguladas: (a) O valor da RBO (Receita de Bonificação da Outorga), a ser recebida diretamente do Poder Concedente, que representa o direito incondicional da Companhia de receber caixa, pela venda de energia no ambiente de contratação regulado; e (b) Receita de Operação e Manutenção - O&M e Capex melhorias, para custear os custos de operação da usina e as melhorias nos ativos imobilizados da concessão; e um terceiro fluxo de caixa advindo de suas atividades não reguladas, representadas pela venda de energia do ambiente de contratação livre (emissão e faturamento mensal da medição de energia vendida) durante o prazo de concessão.

O fluxo de caixa proveniente do recebimento da RAG (Receita Anual de Geração) referente ao fluxo de caixa pela venda de energia no ambiente de contratação regulado (ACR) - também denominado "regime de quotas", foi classificado como ativo financeiro da concessão e representa o direito incondicional da Companhia de receber caixa do Poder Concedente para a cobertura: i) do valor pago pela outorga para obtenção do direito de explorar a infraestrutura do serviço público; e ii) para cobertura dos gastos de Operação e Manutenção - O&M e Capex melhorias.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não identificou nenhum evento que possa impactar o fluxo estimado de caixa futuro do referido ativo de maneira significativa. A Administração da Companhia considera reduzido o risco de crédito do ativo financeiro da concessão, visto que o contrato firmado assegura o direito incondicional de receber caixa ao longo do prazo do contrato de concessão, a ser pago pelo Poder Concedente. Desta forma, nenhuma provisão para redução ao provável valor de recuperação foi constituída.

Reconhecimento e mensuração

Em 10 de novembro de 2017, a Companhia firmou com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por um prazo de 30 anos, contrato de concessão para prestação do serviço de geração de energia elétrica em regime de cotas de garantia física de energia e potência referente a Usina São Simão. A concessão pertencia à Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), tendo ido a leilão em 27 de setembro de 2017, conforme parâmetros técnicos e econômicos estabelecidos na Resolução nº 12/2017, do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). A bonificação pela outorga paga pela Companhia na aquisição do direito de explorar a Usina São Simão foi de R\$7.180.000 e o pagamento se deu em parcela única em 28 de novembro de 2017.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na assinatura do contrato, a Companhia optou pela operação assistida pelo período de 180 dias contados a partir daquela data, portanto, a assunção do serviço de geração por parte da Companhia ocorreu no dia 10 de maio de 2018, quando assumiu a operação da Usina São Simão, data em que o período de 30 anos previsto no contrato de concessão passou a vigorar. A energia produzida, conforme capacidade da usina é destinada na proporção de 70% ao ACR (Ambiente de Contratação Regulado) no Sistema de Cota de Garantia Física, e 30% ao ACL (Ambiente de Contratação Livre).

Durante o período da concessão, a Companhia fez jus ao recebimento da Receita Anual de Geração (RAG) no montante estabelecido de R\$1.032.161, sendo R\$796.629 referente a parcela da RBO (Receita de bonificação da Outorga) e R\$235.532 referente a GAG (Custo de Gestão dos Ativos de Geração), que inclui a receita de Operação e Manutenção - O&M e os investimentos de melhorias (Capex) durante prazo de concessão, conforme estabelecido no contrato de concessão.

Estes montantes acima foram reduzidos para 70% a partir de 10 de maio de 2018, conforme Nota Técnica nº 159 de 11 de julho de 2018, sendo R\$577.641 referente a parcela da RBO e R\$164.872 referente a GAG. Abaixo seguem as atualizações anuais homologadas pela ANEEL referente ao recebimento da RBO e GAG.

Nota técnica	Data da homologação	Vigência	IPCA RBO	RBO	IPCA GAG	GAG
159	11.07.2018	01.07.2018 a 30.06.2019	-	557.641	-	164.872
136	17.07.2019	01.07.2019 a 30.06.2020	7,44%	599.144	7,99%	178.047
129	27.07.2020	01.07.2020 a 30.06.2021	2,13%	611.920	2,13%	181.844
156	09.07.2021	01.07.2021 a 30.06.2022	8,35%	662.998	8,35%	197.022
121	11.07.2022	01.07.2022 a 30.06.2023	11,89%	741.807	11,89%	220.442
59	17.07.2023	01.07.2023 a 30.06.2024	3,16%	765.260	3,16%	227.411
110	17.07.2024	01.07.2024 a 30.06.2025	4,23%	797.613	4,23%	237.025
163	17.07.2025	01.07.2025 a 30.06.2026	5,35%	840.293	5,35%	249.709

Com base nesse entendimento, a Companhia aplicou o modelo bifurcado, o qual utilizou o método do valor justo relativo (*relative fair value*), que melhor reflete seu modelo de negócio, e então, procedeu com o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros a ser liquidada do ACR e ACL para determinar o montante a ser bifurcado entre ativo financeiro da concessão e ativo intangível.

O montante apurado que representa o direito incondicional da Companhia de receber caixa durante o período de concessão foi classificado como ativo financeiro da concessão. O ativo financeiro da concessão será remunerado a uma taxa de 18,02% a.a., antes dos impostos, calculada com base no fluxo de caixa futuro pelo recebimento da RBO e GAG.

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros “valor justo por meio de resultado”, pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da Companhia para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no fluxo de caixa futuro pelo recebimento da RBO e GAG, acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do ativo financeiro da concessão foi como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>Receita financeira</u>	<u>Variação monetária</u>	<u>(-) Faturamento RAG</u>	<u>31/12/2025</u>
Ativo financeiro - RBO	7.891.781	822.660	311.423	(896.250)	8.129.614
Ativo financeiro - GAG	492.031	605.974	35.239	(569.352)	563.892
(-) PIS/COFINS	(775.503)	(132.149)	(32.066)	135.569	(804.149)
Total	<u>7.608.309</u>	<u>1.296.485</u>	<u>314.596</u>	<u>(1.330.033)</u>	<u>7.889.357</u>
Circulante	877.153				1.211.942
Não Circulante	<u>6.731.156</u>				<u>6.677.415</u>
Total	<u>7.608.309</u>				<u>7.889.357</u>
	<u>31/12/2023</u>	<u>Receita financeira</u>	<u>Variação monetária</u>	<u>(-) Faturamento RAG</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativo financeiro - RBO	7.589.144	791.549	366.215	(855.127)	7.891.781
Ativo financeiro - GAG	412.865	573.103	41.634	(535.571)	492.031
(-) PIS/COFINS	(740.188)	(126.230)	(37.726)	128.641	(775.503)
Total	<u>7.261.821</u>	<u>1.238.422</u>	<u>370.123</u>	<u>(1.262.057)</u>	<u>7.608.309</u>
Circulante	839.394				877.153
Não Circulante	<u>6.422.427</u>				<u>6.731.156</u>
Total	<u>7.261.821</u>				<u>7.608.309</u>

UHE São Simão Energia S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imposto a recuperar e a recolher

	Saldo em 31/12/2024	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Reclassificação	Transferência	Saldo em 31/12/2025
Ativo - Impostos a recuperar									
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(10)	-	133.567	11.793	-	(145.350)	-
PIS e COFINS	46	38.164	-	-	-	(38.210)	-	-	-
IRRF sobre aplicação financeira	532	13.304	-	-	-	(11.793)	-	-	2.043
Imposto de renda e contribuição social a compensar (i)	83.595	-	(8)	4.322	(1.497)	(83.768)	-	16.106	18.750
Outros (ii)	16.495	44	(14)	209	-	-	(666)	(16.068)	-
Total	100.668	51.512	(32)	4.531	132.070	(121.978)	(665)	(145.313)	20.793
Circulante	100.668								20.793
Total	100.668								20.793
Passivo - Impostos a recolher									
Imposto de renda e contribuição social (i)	75.212	197.801	-	-	-	-	-	(145.313)	127.700
PIS e COFINS (iii)	11.958	178.128	-	-	(59.015)	(120.309)	-	-	10.762
ICMS	141	1.025	-	-	(1.101)	-	-	-	65
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	1.058	(8.809)	-	-	8.866	(173)	-	-	942
Outros	-	-	-	-	1.546	(1.496)	-	-	50
Total	88.369	368.145	-	-	(49.704)	(121.978)	-	(145.313)	139.519
Circulante	88.369							-	139.519
Total	88.369								139.519

UHE São Simão Energia S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Reclassificação	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Ativo - Impostos a recuperar								
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	62.679	14.541	-	(77.220)	-
PIS e COFINS	-	38.193	-	-	(38.147)	-	-	46
IRRF sobre aplicação financeira	167	8.025	-	-	(7.660)	-	-	532
Imposto de renda e contribuição social a compensar (i)	199.973	6.862	14.283	(7.133)	(132.526)	2.136	-	83.595
Outros (ii)	16.079	406	10	-	-	-	-	16.495
Total	216.219	53.486	14.293	55.546	(163.792)	2.136	(77.220)	100.668
Circulante	89.562							100.668
Não Circulante	126.657							-
Total	216.219							100.668
Passivo - Impostos a recolher								
Imposto de renda e contribuição social (i)	9.963	140.333	-	-	-	2.136	(77.220)	75.212
PIS e COFINS (iii)	7.773	167.699	-	-	(163.514)	-	-	11.958
ICMS	64	715	-	(638)	-	-	-	141
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	1.647	(8.107)	-	7.796	(278)	-	-	1.058
Outros	56	-	-	(56)	-	-	-	-
Total	19.503	300.640	-	7.102	(163.792)	2.136	(77.220)	88.369
Circulante	19.503							88.369
Total	19.503							88.369

- (i) Referem-se a imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) a recuperar referente aos anos de 2018 a 2021 decorrente do crédito da amortização sobre o valor pago pela Bonificação de Outorga no início da concessão. A Companhia recebeu em 14/02/2023 da RFB-Coordenação Geral de Tributação a resposta a Solução de Consulta/Processo 10166.792497/2021-81 que tratava da Utilização da Amortização do Ativo Financeiro para fins fiscais. A resposta foi positiva permitindo que a Companhia deduza a amortização da bonificação da outorga, para fins de apuração das bases do IRPJ e CSLL.
- (ii) Referem-se a imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) recolhidos a maior em 2018 que aguardam homologação das Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) pela RFB para futura compensação.
- (iii) Referem-se impostos sobre a receita de vendas de energia elétrica, bem como as demais receitas operacionais da Companhia referentes ao contrato de concessão, que estão sujeitas ao Programa de Integração (PIS) a alíquota de 1,65% e Contribuição para financiamento da seguridade social (COFINS) a alíquota 7,60% (regime não cumulativo).

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Partes relacionadas

	<u>Natureza</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Balanco patrimonial			
Ativo não circulante			
Pacific Hydro Energia do Brasil	Custos compartilhados	154	162
Total ativo		154	162
Passivo circulante			
SPIC Brasil Participações	51% de Dividendos	242.167	87.218
Outros	Custos compartilhados	29	29
Total passivo		242.196	87.247
Resultado do exercício			
Pacific Hydro Energia do Brasil	Custos compartilhados	1.874	1.846
Total Resultado		1.874	1.846

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a remuneração dos diretores executivos totalizou R\$3.074(R\$6.772 em 2024).

9. Imobilizado

Obras em andamento, móveis e utensílios, instalações e equipamentos não reversíveis a concessão são demonstrados ao custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras quaisquer custos diretamente atribuíveis para ativação do bem no devido funcionamento, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção se os critérios de reconhecimento forem atendidos.

Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente com base em suas vidas úteis específicas.

Os custos com manutenções periódicas e rotineiras dos itens são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015 e são condizentes com a vida útil estimada pela administração.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União. A Administração reconhece as taxas da ANEEL adequadas para fins societários e os ativos reversíveis a União não contemplam a base de ativos imobilizados da Companhia.

Os ativos reversíveis a União são reconhecidos com Capex melhoria e apresentados na nota explicativa 10 de intangível.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia não identificou indicativo de não realização de seus ativos.

UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



a. Composição do Imobilizado

	31/12/2025			31/12/2024				
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado								
Imobilizado em serviço - tangível								
Geração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,65%	394	(97)	297	3,65%	394	(84)	310
Máquinas e equipamentos	12,98%	7.506	(3.172)	4.334	10,15%	7.047	(2.508)	4.539
Veículos	14,29%	1.137	(692)	445	14,29%	1.137	(530)	607
Móveis e utensílios	6,25%	1.612	(448)	1.164	6,25%	1.522	(352)	1.170
		10.649	(4.409)	6.240		10.100	(3.474)	6.626
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,42%	3.743	(873)	2.870	3,42%	3.743	(744)	2.999
Máquinas e equipamentos	18,43%	5.410	(3.766)	1.644	13,32%	5.215	(2.856)	2.359
Móveis e utensílios	6,25%	494	(149)	345	6,25%	464	(118)	346
		9.647	(4.788)	4.859		9.422	(3.718)	5.704
Total do imobilizado em serviço		20.296	(9.197)	11.099		19.522	(7.192)	12.330
Imobilizado em curso								
Geração		7.069	-	7.069		4.250	-	4.250
Administração		407	-	407		63	-	63
Total do imobilizado em curso		7.476	-	7.476		4.313	-	4.313
Total do Imobilizado		27.772	(9.197)	18.575		23.835	(7.192)	16.643

UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



b. Movimentação do Imobilizado

	Valor líquido em 31/12/2024	Adição	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Valor líquido em 31/12/2025
Tangível						
Imobilizado em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.309	-	-	(142)	-	3.167
Máquinas e equipamentos	6.898	685	18	(1.588)	(35)	5.978
Veículos	607	-	-	(162)	-	445
Móveis e utensílios	1.516	120	-	(127)	-	1.509
Total do imobilizado em serviço	12.330	805	18	(2.019)	(35)	11.099
Imobilizado em curso						
Máquinas e equipamentos	4.313	3.109	(18)	-	-	7.404
Móveis e utensílios	-	72	-	-	-	72
Total do imobilizado em curso	4.313	3.181	(18)	-	-	7.476
Total do imobilizado	16.643	3.986	-	(2.019)	(35)	18.575

	Valor líquido em 31/12/2023	Adições	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Valor líquido em 31/12/2024
Tangível						
Imobilizado em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.450	-	-	(141)	-	3.309
Máquinas e equipamentos	7.105	264	609	(1.034)	(46)	6.898
Veículos	770	-	-	(163)	-	607
Móveis e utensílios	1.588	49	-	(121)	-	1.516
Total do imobilizado em serviço	12.913	313	609	(1.459)	(46)	12.330
Imobilizado em curso						
Máquinas e equipamentos	3.632	1.290	(609)	-	-	4.313
Total do imobilizado em curso	3.632	1.290	(609)	-	-	4.313
Total do imobilizado	16.545	1.603	-	(1.459)	(46)	16.643

10. Intangível

Reconhecimento e mensuração

Os ativos classificados como intangíveis representam substancialmente, o valor pago pela Companhia para adquirir o direito de vender parte da energia produzida no ambiente de contratação livre (ACL), por meio do uso da infraestrutura do serviço público ao longo do contrato da concessão.

O ativo intangível foi inicialmente reconhecido pelo seu valor justo na data de sua aquisição. Após o seu reconhecimento inicial, o ativo intangível será amortizado de forma linear pelo prazo do contrato de concessão, por ser considerado como de vida útil definida.

O ativo classificado como Capex melhoria representa o valor que seja pago pelos ativos imobilizados que serão modernizados conforme contrato de concessão, trazidos a valor presente.

O Capex melhoria foi inicialmente reconhecido pelo valor justo da obrigação passiva que será desembolsada pelos próximos anos até 2030.

Os demais ativos intangíveis, tais como softwares, estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estes intangíveis possuem vidas úteis definidas com base na aquisição ou nos seus contratos comerciais e são amortizados pela sua vida útil econômica definida pelo poder concedente.

Gastos com desenvolvimento

Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1) e são registradas ao custo de aquisição e formação, deduzindo o valor de amortização.

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

Os custos de desenvolvimento de um projeto específico são reconhecidos como ativo intangível sempre que se puder demonstrar:

(i) a viabilidade técnica de concluir o ativo intangível da forma que estará disponível para uso ou venda; (ii) a intenção de concluir o ativo e a habilidade de usar ou vender o ativo; (iii) como o ativo gerará benefícios econômicos futuros; (iv) a disponibilidade de recursos para concluir o ativo; e (v) a capacidade de avaliar de forma confiável os gastos incorridos durante a fase de desenvolvimento.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Amortização

Amortização da Bonificação de Outorga é calculada sobre o custo do ativo, deduzido do valor residual levando em consideração o prazo de concessão da Companhia que se encerra em setembro de 2048.

A amortização do Capex melhoria é reconhecida baseando-se no método linear, a partir da data de provisão do Capex melhoria descrito na nota explicativa 14 e será amortizado até o final da concessão. A vida útil residual estimada é de 22 anos.

Para os demais itens de ativos intangíveis a amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis ou nos seus contratos comerciais, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia não identificou indicativo de não realização de seus ativos.

UHE São Simão Energia S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Composição do intangível

	Taxas anuais médias de amortização %	31/12/2025			31/12/2024		
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço							
Software	20,00%	11.424	(7.205)	4.219	11.315	(5.707)	5.608
Direito de concessão - Outros	3,54%	1.956.384	(496.530)	1.459.854	1.956.385	(431.180)	1.525.205
CAPEX melhorias	3,51%	1.085.627	(188.826)	896.801	1.053.911	(150.879)	903.032
Intangível em curso							
Software		7.385	-	7.385	3.498	-	3.498
Total intangível		3.060.820	(692.561)	2.368.259	3.025.109	(587.766)	2.437.343

b. Movimentação do Intangível

	Valor líquido em 31/12/2024	Adições	Amortização	Transferência AIC p/ AIS	Valor líquido em 31/12/2025
Intangível em serviço					
Software (i) (iii)	5.608	-	(1.498)	109	4.219
Direito de concessão – Outros (i)	1.525.205	-	(65.351)	-	1.459.854
CAPEX melhorias (ii)	903.032	31.801	(38.032)	-	896.801
Intangível em curso					
Software (i)	3.498	3.996	-	(109)	7.385
	<u>2.437.343</u>	<u>35.797</u>	<u>(104.881)</u>	<u>-</u>	<u>2.368.259</u>
	Valor líquido em 31/12/2023	Adições	Amortização	Transferência AIC p/ AIS	Valor líquido em 31/12/2024
Intangível em serviço					
Software	4.789	-	(1.544)	2.363	5.608
Direito de concessão - Outros	1.590.554	-	(65.349)	-	1.525.205
Capex melhorias	754.666	179.275	(30.909)	-	903.032
Intangível em curso					
Software -	3.032	2.829	-	(2.363)	3.498
	<u>2.353.041</u>	<u>182.104</u>	<u>(97.802)</u>	<u>-</u>	<u>2.437.343</u>

- (i) Referem-se aquisição de *software* e ao direito da Companhia de negociar energia elétrica no ambiente de contratação livre - ACL pelo uso de infraestrutura, originado da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1), e estão registrados ao seu valor de custo.
- (ii) Refere-se ao reconhecimento das provisões para Capex melhoria tratado como intangível.
- (iii) O valor da amortização de R\$651, que compõe parte da movimentação do exercício, refere-se a obrigações especiais decorrente de projetos de P&D reconhecidos no passivo. A amortização é registrada com base na vida útil estimada de cada bem, limitada ao prazo final da concessão. As taxas de amortização utilizadas são as determinadas pela ANEEL, responsável por estabelecer a vida útil dos ativos de geração do setor elétrico, e estão previstas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico. A Administração reconhece as taxas da ANEEL adequadas para fins societários

11. Empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos

Empréstimos, financiamento e derivativos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos em moeda estrangeira são protegidos por operações de swap e reconhecidos como *hedge* de valor justo, ou seja, as variações para a mensuração do valor justo através de taxas de mercado são registradas diretamente no resultado financeiro.

Debêntures

As debêntures são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos.

Os juros são contabilizados no resultado como uma despesa financeira durante o período em que as debêntures estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação são reconhecidas como custos da transação

UHE São Simão Energia S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição dos empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos:

Item	31/12/2025				31/12/2024				Categoria	
	Encargos	Principal		Total	Encargos	Principal		Total		
		Circulante	Circulante			Não Circulante	Circulante			Circulante
Moeda estrangeira										
Banco BOCOM BBM	i	901	763.420	-	764.321	993	1.670	865.564	868.227	Valor justo
ICBC	ii	280	230.349	-	230.629	294	-	260.715	261.009	Valor justo
Total		1.181	993.769	-	994.950	1.287	1.670	1.126.279	1.129.236	
Debêntures										
Pentagono Trustee - 1ª Emissão Tranche 1	iii	4.540	273.480	815.136	1.093.156	4.205	-	1.040.740	1.044.945	Valor justo
Pentagono Trustee - 2º Emissão	iv	15.669	-	1.273.381	1.289.050	14.729	-	1.214.948	1.229.677	Valor justo
Total		20.209	273.480	2.088.517	2.382.206	18.934	-	2.255.688	2.274.622	
Derivativos										
Banco BOCOM BBM	v	876	-	-	876	1.014	-	-	1.014	Valor justo
ICBC	vi	1.746	-	-	1.746	338	-	-	338	Valor justo
Total		2.622	-	-	2.622	1.352	-	-	1.352	
Total de dívidas passiva		24.012	1.267.249	2.088.517	3.379.778	21.573	1.670	3.381.967	3.405.210	
Derivativos ativo										
Banco BOCOM BBM	v	-	(76.773)	-	(76.773)	-	-	(176.441)	(176.441)	Valor justo
ICBC	vi	-	(23.416)	-	(23.416)	-	-	(53.367)	(53.367)	Valor justo
Total		-	(100.189)	-	(100.189)	-	-	(229.808)	(229.808)	
Total de dívidas líquida		24.012	1.167.060	2.088.517	3.279.589	21.573	1.670	3.152.159	3.175.402	

Características das dívidas e condições contratuais:

Item	Financiador	Ingresso	Data da assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a.	Pagamento principal	Início	Término
i	Banco BOCOM BBM	688.450	16/10/2023	CNH	Pré3,30%	Parcial Semestral	16/10/2023	17/10/2026
ii	ICBC	206.572	19/10/2023	CNH	Pré3,30%	Único	19/10/2023	19/10/2026
iii	Pentágono Trustee - 1ª Emissão, 1ª série	775.000	15/10/2019	BRL	IPCA+3,54%	Anual	13/11/2019	16/11/2029
iv	Pentágono Trustee - 2ª Emissão, série única	1.055.000	15/10/2021	BRL	IPCA+5,8198%	Anual	15/10/2021	15/10/2036
	Derivativo	Ingresso	Data da assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a.	Pagamento principal	Início	Término
v	Banco BOCOM BBM	688.450	16/10/2023	BRL	CDI+0,265%	Único	16/10/2023	19/10/2026
vi	ICBC	206.572	16/10/2023	BRL	CDI+0,23%	Único	16/10/2023	15/10/2026

UHE São Simão Energia S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos é demonstrada abaixo:

	Valor líquido em 31/12/2024	Recebimentos	Juros provisionados	Transferência	Ajuste a valor de mercado	Variação monetária	Variação cambial	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2025
Ativo									
Circulante									
Swap	-	(58)	-	(1.899)	(26.199)	-	128.345	-	100.189
	<u>-</u>	<u>(58)</u>	<u>-</u>	<u>(1.899)</u>	<u>(26.199)</u>	<u>-</u>	<u>128.345</u>	<u>-</u>	<u>100.189</u>
Não circulante									
Swap	229.807	-	-	75.846	(96.322)	-	(209.331)	-	-
	<u>229.807</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>75.846</u>	<u>(96.322)</u>	<u>-</u>	<u>(209.331)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivo									
Circulante									
Empréstimos e financiamentos									
Principal	1.670	(1.552)	-	1.026.979	(61.389)	-	28.061	-	993.769
Juros	1.287	(39.327)	39.222	-	-	-	-	-	1.182
Swap	1.352	(83.476)	84.862	73.947	(74.063)	-	-	-	2.622
Debêntures									
Principal	-	-	-	258.868	-	14.612	-	-	273.480
Juros	18.934	(111.885)	113.159	-	-	-	-	-	20.208
Custo de transação	-	-	-	(5.976)	-	-	-	5.976	-
	<u>23.243</u>	<u>(236.240)</u>	<u>237.243</u>	<u>1.353.818</u>	<u>(135.452)</u>	<u>14.612</u>	<u>28.061</u>	<u>5.976</u>	<u>1.291.261</u>
Não circulante									
Empréstimos e financiamentos									
Principal	1.126.279	-	-	(1.026.979)	9.619	-	(108.919)	-	-
Swap									
Debêntures									
Principal	2.302.835	-	-	(258.868)	-	85.721	-	-	2.129.688
Custo de transação	(47.147)	-	-	5.976	-	-	-	-	(41.171)
	<u>3.381.967</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.279.871)</u>	<u>9.619</u>	<u>85.721</u>	<u>(108.919)</u>	<u>-</u>	<u>2.088.517</u>
Dívida líquida	<u>3.175.403</u>								<u>3.279.589</u>

UHE São Simão Energia S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Valor líquido em	Recebimentos	Juros	Transferência	Ajuste a	Variação monetária	Variação cambial	Amortização do custo de transação	Valor líquido em
	31/12/2023		provisionados		mercado				31/12/2024
Circulante									
Swap	-	(40.587)	-	8.677	1.577	-	30.333	-	-
	-	(40.587)	-	8.677	1.577	-	30.333	-	-
Não circulante									
Swap	-	-	-	237.145	(20.197)	-	12.859	-	229.807
	-	-	-	237.145	(20.197)	-	12.859	-	229.807
Passivo	Valor líquido em	Pagamentos	Juros	Transferência	Ajuste a	Variação monetária	Variação cambial	Amortização do custo de transação	Valor líquido em
Circulante	31/12/2023		provisionados		mercado				31/12/2024
Empréstimos e financiamentos									
Principal	308.191	(319.487)	-	2.839	(35.379)	-	45.506	-	1.670
Juros	1.285	(47.449)	47.451	-	-	-	-	-	1.287
Custo de transação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Swap	2.265	(69.248)	68.862	8.678	3.718	-	(12.923)	-	1.352
Debêntures									
Principal	-	(200.000)	-	200.000	-	-	-	-	-
Juros	20.763	(129.639)	127.810	-	-	-	-	-	18.934
Custo de transação	-	-	-	(6.222)	-	-	-	6.222	-
	332.504	(765.823)	244.123	205.295	(31.661)	-	32.583	6.222	23.243
Não circulante									
Empréstimos e financiamentos									
Principal	864.755	-	-	(2.839)	48.739	-	215.625	-	1.126.280
Custo de transação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Swap	4	-	-	237.144	(34.076)	-	(203.072)	-	-
Debêntures									
Principal	2.394.469	-	-	(200.000)	-	108.364	-	-	2.302.833
Custo de transação	(53.368)	-	-	6.222	-	-	-	-	(47.146)
	3.205.860	-	-	40.527	14.663	108.364	12.553	-	3.381.967

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo as condições contratuais dos derivativos em 31 de dezembro de 2025:

<u>Banco</u>	<u>Data de emissão</u>	<u>Data de vencimento</u>	<u>Valor do ingresso BRL'000</u>	<u>Ingresso CNH'000</u>	<u>Pagamento de juros</u>	<u>Taxa contratual</u>	<u>Custo ativo</u>	<u>Custo passivo</u>	<u>Fair Value</u>
BOCOM	17/10/2023	17/10/2026	688.450	1.000.000	Trimestral	CDI+0,265%a.a.	840.218	764.321	75.897
BBM									
ICBC	20/10/2023	24/10/2026	206.572	300.000	Trimestral	CDI+0.23%	252.299	230.629	21.670
			<u>895.022</u>				<u>1.092.517</u>	<u>994.950</u>	<u>97.567</u>

Os empréstimos, financiamentos e debêntures tem seu cronograma de vencimento demonstrado abaixo:

<u>Vencimento</u>	<u>Estrangeira</u>	<u>Derivativos</u>	<u>Debêntures</u>	<u>Total</u>
Circulante				
2026	994.950	(97.567)	293.689	1.191.072
	<u>994.950</u>	<u>(97.567)</u>	<u>293.689</u>	<u>1.191.072</u>
Não Circulante				
2027	-	-	262.117	262.117
2028	-	-	268.605	268.605
2029	-	-	269.190	269.190
2030	-	-	-	-
2031 até 2035	-	-	962.106	962.106
2036 até 2040	-	-	326.499	326.499
	-	-	<u>2.088.517</u>	<u>2.088.517</u>
Total	<u>994.950</u>	<u>(97.567)</u>	<u>2.382.206</u>	<u>3.279.589</u>

Os empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira e debêntures vigentes não contêm garantias atreladas.

11.1 Condições restritivas (Covenants)

11.1.1 Financeiros (Covenants)

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos com o Banco BOCOM BBM e ICBC não possuem cláusulas restritivas financeiras.

Debêntures

A 1ª e 2ª emissão debêntures estão sujeitas ao índice financeiro correspondente ao quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA, que deverá ser igual ou inferior a 3,5x a partir de 2024 até o vencimento

Considera-se:

- (a) “Dívida Líquida” com base nas informações financeiras anuais consolidadas da Companhia preparadas de acordo com regras expedidas pela ANEEL, (a) a soma algébrica dos empréstimos, instrumentos de dívida de mercado de capitais local e internacional e do saldo líquido dos derivativos da Companhia, menos (b) as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras;

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) “EBITDA” (*Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization*) com base nas informações financeiras anuais consolidadas da Emissora preparadas de acordo com regras expedidas pela ANEEL, o lucro da Emissora antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses acrescidos do resultado não operacional no período;

A Companhia apurou o cumprimento dos *covenants* financeiros aplicáveis, os quais são calculados pelas Demonstrações Contábeis Regulatórias-DCR tendo os índices permanecido dentro dos limites estabelecidos.

11.1.2 Não financeiros (Covenants)

Empréstimos

A Companhia avaliou os contratos do Banco BOCOM BBM e ICBC, os quais contêm cláusulas restritivas não financeiras de natureza padrão, tendo concluído que, em 31 de dezembro de 2025, encontra-se adimplente com todas as cláusulas contratuais aplicáveis.

Debêntures

A Companhia avaliou os contratos da 1ª e da 2ª emissão de debêntures, os quais contêm cláusulas restritivas não financeiras de natureza padrão, tendo concluído que, em 31 de dezembro de 2025, encontra-se adimplente com todas as cláusulas contratuais aplicáveis.

12. Encargos setoriais

Os encargos setoriais são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro. Seus valores constam de resoluções ou despachos da ANEEL e são recolhidos por meio da conta de energia. Cada um dos encargos possui objetivos predefinidos.

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos	Encerramento de projetos	Saldo em 31/12/2025
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	16.028	4.544	442	-	(6.876)	14.138
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento - CDE	328	1.948	-	(2.107)	-	169
FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Energético	1.096	6.493	-	(6.468)	-	1.121
MME - Ministério de Minas e Energia	548	3.246	-	(3.234)	-	560
TFSEE - Taxa de Fiscalização do Setor Elétrico	442	5.427	-	(5.407)	-	462
CFURH - Contribuição Financeira para Utilização dos Recursos Hídricos	11.143	71.000	-	(71.397)	-	10.746
	29.585	92.658	442	(88.613)	(6.876)	27.196
Circulante	29.585					27.196
Total	29.585					27.196

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Atualização monetária	Pagamentos	Saldo em 31/12/2024
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	11.052	4.320	656	-	16.028
P&D - Pesquisa e desenvolvimento - CDE	320	1.852	-	(1.844)	328
FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Energético	1.069	6.172	-	(6.145)	1.096
MME - Ministério de Minas e Energia	534	3.086	-	(3.072)	548
TFSEE - Taxa de Fiscalização do Setor Elétrico	441	5.306	-	(5.305)	442
CFURH - Contribuição Financeira para Utilização dos Recursos Hídricos	8.952	61.823	-	(59.632)	11.143
	22.368	82.559	656	(75.998)	29.585
Circulante	22.368				29.585
Total	22.368				29.585

13. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

13.1 Provisões para contingências

13.1.1 Risco provável

	Saldo em 31/12/2024	Adição	Reversão	Atualização monetária	Pagamento	Saldo em 31/12/2025
Trabalhistas (i)	492	587	(255)	128	(21)	931
Ambientais	60	-	-	(60)	-	-
	552	587	(255)	68	(21)	931

	Saldo em 31/12/2023	Adição	Reversão	Atualização monetária	Pagamento	Saldo em 31/12/2024
Trabalhistas (i)	441	183	-	14	(146)	492
Cíveis	351	-	-	75	(426)	-
Ambientais	57	-	-	3	-	60
	849	183	-	92	(572)	552

(i) **Reclamação trabalhista** – 0010042-07.2023.5.03.0063; 0010552-20.2023.5.03.0063; 0010354-46.2024.5.03.0063; 0010167-04.2025.5.03.0063; 1000396-52.2025.5.02.0082; 0000573-04.2024.5.12.0013; 0010448-07.2023.5.18.0129; 0010585-52.2024.5.18.0129; 0011261-97.2024.5.18.0129; 0000485-04.2025.5.18.0129; 0000484-19.2025.5.18.0129; 0000483-34.2025.5.18.0129 e 0000482-49.2025.5.18.0129

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia figurava no polo passivo de 13 reclamações trabalhistas, sendo 5 ajuizadas por ex-empregados (empregados próprios) e 8 (terceirizados). O valor total das causas, considerado de forma conjunta e atualizado, perfaz R\$931

13.1.2 Risco possível

	Saldo em 31/12/2024	Adição	Reversão	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2025
Trabalhistas (i)	3.135	-	(126)	31	3.040
Cíveis (ii)	821	-	-	77	898
Fiscais (iii)	593.103	-	-	61.687	654.790
Ambientais	60	-	(30)	(30)	-
	597.119	-	(156)	61.765	658.728

	Saldo em 31/12/2023	Adição	Reversão	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
Trabalhistas (i)	1.612	1.523	-	-	3.135
Cíveis (ii)	-	779	-	42	821
Fiscais (iii)	219.396	352.905	-	20.802	593.103
Ambientais	58	-	-	2	60
	221.066	355.207	-	20.846	597.119

(i) Reclamação Trabalhista - 1000386-30.2025.5.02.0010; 0011550-05.2025.5.15.0056; 0010365-27.2024.5.03.0176; 0001186-62.2025.5.18.0129

A Companhia figurava no polo passivo de 4 reclamações trabalhistas, ajuizadas por ex-empregados terceirizados. O valor total das causas, considerado de forma conjunta e atualizado, perfaz R\$3.040

(ii) Revisão Contratual (Civil) - 1074290-23.2024.8.26.0100

A Companhia é parte passiva em uma ação de revisão contratual. O valor envolvido, atualizado em dezembro de 2025, é de R\$898.

(iii) Ação Anulatória (IPTU) - 5588271-16.2019.8.09.0173

A Companhia discute judicialmente a cobrança de IPTU referente ao exercício de 2012, no valor original de R\$ 5.775, lançada pelo Município de São Simão/GO. A ação anulatória foi ajuizada em outubro de 2019, com garantia do juízo por carta fiança, tendo sido concedida liminar para suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

Após decisões favoráveis e desfavoráveis nas instâncias ordinárias, o Superior Tribunal de Justiça, em agosto de 2024, proferiu decisão monocrática favorável à Companhia, anulando acórdão do Tribunal de Justiça de Goiás. Atualmente, o processo encontra-se sobrestado, por decisão publicada em 13 de maio de 2025, aguardando o julgamento do Tema nº 1.297 da Repercussão Geral pelo Supremo Tribunal Federal. O valor atualizado da demanda é de R\$38.102.

(iii) Manifestações de Inconformidade Tributária (PER/DCOMP) - 10880939160-2019-54; 10880939159-2019-20; 10880939157-2019-31; 10880939158-2019-85; 10880946039-2019-08; 10880.947153/2023-11; 10880.937690/2023-44; 10880.947149/2023-44; 10880.947151/2023- 13; e 10880.947155/2023-00.

A Companhia recebeu dez autos de infração em decorrência da não homologação integral de PER/DCOMPs, os quais têm origem em Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTFs) ainda pendentes de homologação pela Receita Federal do Brasil. Em razão disso, os respectivos PER/DCOMPs também não foram homologados.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em face das autuações, a Companhia apresentou dez manifestações de inconformidade, sustentando a necessidade de homologação das DCTFs e, por consequência, dos PER/DCOMP. O valor total envolvido nas manifestações é de R\$ 53.767.

(iii) Auto de Infração - 19614.724361/2021-98 e 13074-733.985/2023-36

A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil em razão de divergência quanto à forma de tributação dos rendimentos decorrentes da exploração da concessão de geração de energia elétrica doas anos de 2017 e 2018. As autoridades fiscais entendem que a tributação deveria incidir sobre o lucro contábil, ajustado apenas pela amortização da subvenção paga pela concessão, enquanto a Companhia adotou como base de cálculo os valores efetivamente faturados e realizados.

A Companhia sustenta a correção de seus procedimentos, por entender que a exigência fiscal resulta na tributação de lucros não realizados, decorrentes do regime contábil aplicável às concessões de serviços públicos. Foram apresentadas defesas administrativas em janeiro de 2024. Em 23 de agosto de 2024, foi proferida decisão de primeira instância indeferindo a impugnação, tendo sido interposto Recurso Voluntário em 20 de setembro de 2024.

Em 2 de dezembro de 2024, o processo foi distribuído no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), sob a relatoria do Conselheiro Alberto Pinto Souza Júnior. Em 30 de julho de 2025 o julgamento do CARF foi convertido em diligência fiscal para esclarecimentos adicionais por parte da Receita Federal do Brasil, encontrando-se o processo, atualmente, em fase de diligência, com manifestações já apresentadas pela Companhia.

O valor total exigido nos autos de infração, atualizado até dezembro de 2025, é de R\$ 172.912.

(iii) Auto de Infração - 19614.721.818/2024-55 e 13074.738.169/2024-08

A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil para exigência de IRPJ e CSLL referentes aos períodos de dezembro de 2019 e dezembro de 2020, em decorrência da desconsideração de ajustes realizados na apuração do lucro relacionados à concessão de geração de energia elétrica. Segundo as autoridades fiscais, tais ajustes não seriam admissíveis, resultando na cobrança de tributos sobre lucros reconhecidos apenas sob o regime contábil aplicável às concessões, os quais não representam valores efetivamente faturados e realizados pela Companhia.

No Processo nº 13074.738.169/2024-08, discute-se o não reconhecimento das DCTFs retificadoras relativas aos referidos períodos. A defesa administrativa foi apresentada em dezembro de 2024, estando o processo atualmente no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), aguardando inclusão em pauta para julgamento.

O Processo nº 19614.721.818/2024-55 refere-se ao Auto de Infração propriamente dito, após decisão desfavorável em primeira instância, a Companhia interpôs Recurso Voluntário ao CARF em novembro de 2025, encontrando-se o processo distribuído e pendente de julgamento.

O valor total atualizado da exigência é de R\$390.806, não havendo decisão administrativa definitiva até a presente data.

14. Capex melhorias

As provisões constituídas como Capex melhorias são compostas dos fluxos de pagamentos futuros, trazidos a valor presente, dos gastos estimados com os investimentos que serão aplicados na usina São Simão pelos próximos 10 anos como forma de modernização da usina hidrelétrica de modo a manter a garantia física conforme contrato de concessão.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A partir da aprovação do projeto de modernização, a Companhia adotou o CPC 25 para controle das provisões para melhoria em Capex que serão realizadas nos próximos anos. Estes gastos estão previstos no contrato de concessão assinado em 27 de setembro de 2017.

No dia 20 de dezembro de 2021 a Companhia assinou o contrato nº 22842 referentes ao plano de modernização das unidades geradoras da UHE São Simão. As empresas responsáveis pela modernização das unidades geradoras foram a GE Energias Renováveis e a Powerchina Brasil Construtora Ltda., com previsão de conclusão em 2029 e investimentos de R\$646.698. As garantias previstas em contrato são: “PCG (*Parent Company Guarantee*)”, “*Performance Securities*” (Garantia no valor de 10%, referente à cada seção e com vigência até a entrada em operação) e “*Warranty Securities*” (Garantia no valor de 5%, referente à cada seção e com vigência desde a entrada em operação até o período final da garantia técnica).

No reconhecimento inicial foram estimados os fluxos de pagamentos futuros e trazidos a valor presente e seu valor líquido contabilizado no intangível conforme nota explicativa 10 e demonstrado abaixo:

	Saldo em 31/12/2024	Correção contratual	Atualização financeira	Pagamentos	Saldo em 31/12/2025
Provisão CAPEX melhorias	788.986	38.462	-	(160.852)	666.596
(-) Ajuste a valor presente	(137.111)	(6.661)	52.092	-	(91.680)
Total	651.875	31.801	52.092	(160.852)	574.916
Circulante	129.214				194.709
Não Circulante	522.661				380.207
Total	651.875				574.916

	Saldo em 31/12/2023	Correção contratual	Atualização financeira	Pagamentos	Saldo em 31/12/2024
Provisão Capex melhorias	782.504	229.487	-	(223.005)	788.986
(-) Ajuste a valor presente	(135.806)	(50.212)	48.907	-	(137.111)
Total	646.698	179.275	48.907	(223.005)	651.875
Circulante	102.275				129.214
Não Circulante	544.423				522.661
Total	646.698				651.875

15. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social autorizado da Companhia é de R\$2.912.000.000, representado por 2.912.000.000 ações ordinárias, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Reservas

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro a ser destinado:		
Lucro líquido apurado no exercício	736.159	720.070
Lucro líquido ajustado	736.159	720.070
Constituição da reserva legal - 5%	(36.808)	(36.003)
	699.351	684.067
Destinação do lucro:		
Dividendos	174.838	171.017
Reserva de lucros	524.513	513.050
	699.351	684.067

Conforme estabelecido no contrato social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
- (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos;
- (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Reservas de lucros		
Reserva legal	264.627	227.819
Reserva de retenção de Lucros	2.176.941	2.363.453
	2.441.568	2.591.272

O saldo de dividendos aberto por acionista é composto conforme abaixo:

Acionistas	% Participação	31/12/2025	31/12/2024
SPIC Brasil Participações S.A.	51%	242.167	87.218
ZHEJIANG Energy Brazil holding Limited	35%	166.193	59.857
ZLCFB - Hong Kong international investment	7%	33.239	11.971
CPD Energy investment Co. limited	7%	33.239	11.971
		474.838	171.017

16. Resultado por ação

O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes.

Para o cálculo do resultado básico por ação, a Companhia considerou a atual composição de ações ordinárias também para o exercício comparativo, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41. Assim, tanto o numerador (lucro líquido do exercício) quanto o denominador (quantidade de ações) estão em bases comparáveis.

O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações.

A Companhia não possui instrumentos potenciais diluidores do resultado por ação, dessa forma em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não temos diferenças entre o resultado básico e diluído por ação.

A tabela a seguir apresenta o lucro básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	736.159	720.070
Denominador (em milhares de ações)		
Número de ações	2.912.000	2.912.000
Lucro básico e diluído por ação (em reais - R\$)	0,2528	0,2473

17. Receita operacional líquida

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

A receita de energia é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia e contrato de concessão.

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro da concessão em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração estão apresentados a seguir:

a) Suprimento de energia elétrica:

A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento.

No Ambiente de Contratação Livre - ACL, a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais.

b) Energia de curto prazo:

A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber quando o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE.

A contraprestação corresponde é a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD (Preço de Liquidação das Diferenças).

c) Receita de atualização do ativo financeiro da concessão:

A receita é reconhecida pelo valor justo do fluxo de recebimento da bonificação de outorga e atualizada mensalmente pelo IPCA.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Receita de O&M – Operação e Manutenção e Capex melhorias:

A receita é reconhecida pelo valor justo do fluxo de recebimento para suprir os gastos com a operação e manutenção garantido pelo recebimento da RAG e atualizado mensalmente pelo IPCA.

	2025	2024
Suprimento mercado livre	387.544	375.225
Energia de curto prazo	37.544	25.305
Receita RBO	1.134.083	1.157.765
Receita de O&M	641.213	614.737
Receita operacional bruta	2.200.384	2.173.032
(-) Deduções à receita operacional		
PIS/COFINS	(203.534)	(201.005)
	(203.534)	(201.005)
Encargos do consumidor		
P&D	(16.231)	(15.430)
TFSEE	(5.427)	(5.306)
CFURH	(71.000)	(61.824)
	(92.658)	(82.560)
Total deduções da receita operacional	(296.192)	(283.565)
Receita operacional líquida	1.904.192	1.889.467

18. Custos e despesas (por natureza)

	2025			2024		
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total
Energia elétrica comprada para revenda	(368)	-	(368)	(3.656)	-	(3.656)
Encargos de uso do sistema de distribuição	(271.898)	-	(271.898)	(260.312)	-	(260.312)
Pessoal e Administradores	(36.185)	(55.624)	(91.809)	(35.080)	(57.373)	(92.453)
Material	(1.899)	(995)	(2.894)	(2.262)	(916)	(3.178)
Serviços de terceiros	(21.302)	(34.385)	(55.687)	(19.699)	(37.035)	(56.734)
Serviços de auditoria	-	(407)	(407)	-	(498)	(498)
Depreciação	(918)	(3.883)	(4.801)	(822)	(3.114)	(3.936)
Amortização	(103.397)	(833)	(104.230)	(96.264)	(887)	(97.151)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	30	(362)	(332)	-	(183)	(183)
Arrendamentos	(991)	(1.588)	(2.579)	(1.033)	(2.284)	(3.317)
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens	(35)	-	(35)	(109)	-	(109)
Outras	(9.493)	(8.625)	(18.118)	(7.507)	(8.200)	(15.707)
(-) Outras receitas (i)	-	2.496	2.496	-	2.302	2.302
Total	(446.456)	(104.206)	(550.662)	(426.744)	(108.188)	(534.932)

(i) Referem-se a venda de sucata, decorrentes da desativação de ativos e não se enquadram com receitas operacionais.

19. Resultado financeiro

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas financeiras		
Juros e variações monetárias		
Renda de aplicações financeiras	62.813	37.211
Descontos Obtidos	31	341
Outros juros e variações monetárias (i)	4.531	14.298
(-) Tributos sobre Receitas financeiras	<u>(3.114)</u>	<u>(2.401)</u>
Receitas financeiras total	<u>64.261</u>	<u>49.449</u>
Despesas financeiras		
Encargos de dívida		
Empréstimos e financiamentos	(124.084)	(116.313)
Debêntures	(119.135)	(134.032)
Atualização arrendamento	(3.165)	(3.235)
Atualização Capex melhoria	(52.092)	(48.907)
Atualização P&D	(442)	(656)
Atualização de contingências	(68)	(92)
Variação monetária	(100.333)	(108.364)
Outras despesas financeiras	<u>(3.663)</u>	<u>(594)</u>
Despesas financeiras total	<u>(402.982)</u>	<u>(412.193)</u>
Variação monetária/cambial líquida		
Variação cambial	<u>3.086</u>	<u>(3.639)</u>
Total variação monetária/cambial líquida	<u>3.086</u>	<u>(3.639)</u>
Total resultado financeiro	<u>(335.635)</u>	<u>(366.383)</u>

(i) Refere-se ao valor dos Juros provisionados e Amortização do custo de transação, conforme Nota explicativa 11.

20. Impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais.

As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados nas alíquotas de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e legislação tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Interpretação do ICPC 22 determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade:

(i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações contábeis, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações contábeis em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido.

Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Companhia conclui que seja provável que as mesmas sejam contempladas na jurisprudência tributária sendo que, por essa razão, a Companhia entende que esta interpretação não gerou efeitos relevantes nas demonstrações contábeis.

A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitadas em resultado é demonstrada como segue:

	2025	2024
Imposto de renda (15%) e Contribuição social (9%)	281.736	268.082
IRPJ - Corrente	144.581	102.548
CSLL - Corrente	53.229	37.786
Total IRPJ/CSLL - Corrente	197.810	140.334
IRPJ - Diferido	61.710	93.933
CSLL - Diferido	22.216	33.815
Total IRPJ/CSLL - Diferido	83.926	127.748

Conforme a legislação tributária vigente, a Companhia apura e tributa o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) com base no regime do Lucro Real. O IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder o limite legal, enquanto a CSLL é calculada à alíquota de 9%.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição da alíquota efetiva:

	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.017.895	988.152
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(346.084)	(335.972)
Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes permanentes:		
Despesas Indedutíveis	60.250	63.700
Outros efeitos:		
Outros	4.098	4.190
Imposto de renda e contribuição social efetivos	(281.736)	(268.082)
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(197.810)	(140.334)
Diferido	(83.926)	(127.748)
	(281.736)	(268.082)
Alíquota efetiva (i)	-27,68%	-27,13%

- (i) Em 2025, a Companhia modificou a metodologia de apresentação da reconciliação da alíquota efetiva do imposto sobre o lucro. A partir desse exercício, a análise passou a considerar conjuntamente os efeitos do imposto de renda e da contribuição social, tanto correntes quanto diferidos, conforme o CPC 32. Com essa nova forma de apresentação, a alíquota efetiva de 2024 foi reapresentada: passou de (-14,20%) (apenas tributos correntes) para (-27,13%) (correntes + diferidos). A alteração é somente na forma de apresentação e não impacta o resultado, o patrimônio líquido ou os fluxos de caixa da Companhia, tendo sido feita para aprimorar transparência e comparabilidade.

A composição dos impostos diferidos sobre o lucro em 31 de dezembro de 2025, é como segue:

Natureza dos Cálculos	Ativo Não Circulante		Passivo Não Circulante		Resultado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024
Diferenças Temporárias						
Provisões PLR	8.420	8.135	-	-	285	(502)
Arrendamentos	1.596	1.297	-	-	299	1.297
Ativo financeiro da concessão (i)	-	-	906.351	810.883	(95.468)	(117.806)
Instrumentos financeiros - Swap	2.056	2.577	-	-	(521)	421
Instrumentos financeiros - Swap resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-
Debêntures	195.640	161.450	-	-	34.190	37.531
Amortização Capex Melhorias	(109.441)	(85.394)	-	-	(24.047)	(48.689)
Outras	1.336	-	-	-	1.336	-
Total Diferenças Temporárias	99.607	88.065	906.351	810.883	(83.926)	(127.748)
Total bruto	99.607	88.065	906.351	810.883	(83.926)	(127.748)
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(99.607)	(88.065)	(99.607)	(88.065)		
Total	-	-	806.744	722.818		

- (i) O valor de base do Ativo financeiro da concessão é apresentado pelo líquido de PIS e COFINS diferidos e demonstrado na nota explicativa 6.

21. Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração

O CPC 48 apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem suas características de fluxo de caixa e o modelo de negócios que os ativos são administrados.

O pronunciamento estabelece para ativos financeiros três categorias de classificação e mensuração: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A Companhia classifica os ativos financeiros como custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A norma também propõe a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber.

A Companhia após uma análise de crédito de seus clientes, não reconhece perdas esperadas no período, pois de acordo com sua avaliação além do risco associado ser baixo, não há históricos de perda.

O CPC 48 exige que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de *hedge* estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco estabelecidas pela Administração, aplicando uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do *hedge*. A nova norma vem introduzir um modelo menos restritivo ao *hedge*, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de *hedge* em que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco.

Contabilização de hedge

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge*, incluindo derivativos, relacionados a risco com moeda estrangeira, como *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de valor justo.

No início da operação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações. Adicionalmente, a Companhia avalia se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

A nota explicativa 11 traz maiores detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.

Hedge de fluxo de caixa

A parcela efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica “Reserva de *hedge* de fluxo de caixa”. Os ganhos ou as perdas relacionadas à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado na rubrica “Outros ganhos e perdas” no resultado financeiro.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

A contabilização de *hedge* é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado.

Hedge de valor justo

A Companhia optou pela designação formal de dívidas contratadas no período, para as quais possuem instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Tais dívidas e derivativos quando tiver ganhos ou perdas resultantes de sua mensuração serão reconhecidos no resultado da Companhia.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de taxa de juros;
- Risco de taxa de câmbio;
- Risco de liquidez.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações.

a) Risco de crédito

O risco surge de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Administração com base nos riscos de mercado e operacionais.

Em 31 de dezembro de 2025, a exposição máxima era de R\$43.315 referente a contas a receber. A Companhia entende que o risco de crédito de seu conta a receber é baixo, não sendo identificadas históricas de perdas.

b) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a seus empréstimos

c) Risco de taxa de câmbio

Risco quanto à variação das taxas de câmbio dos empréstimos em moeda estrangeira tomado pela Companhia. A Companhia contratou uma operação de Swap de moeda para eliminar as flutuações na moeda estrangeira (CNH).

d) Risco de liquidez

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro, em especial com quando da liquidação de seus empréstimos, que ocorrerão a curto prazo. A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

e) Dívida em moeda estrangeira e seus derivativos

A parcela efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos foi designada e qualificada como *hedge* de valor justo e reconhecidas no resultado financeiro. A opção pelo valor justo teve o intuito de eliminar ou reduzir inconsistências de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos. Em 31 de dezembro de 2025, as dívidas em moeda estrangeira e seus derivativos foram reconhecidos no resultado da Companhia.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros de compromissos contratuais dos passivos financeiros da Companhia:

	31/12/2025					31/12/2024
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Passivos Financeiros						
Fornecedores	86.814	-	21.410	-	108.224	98.972
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.181	1.281.509	798.165	1.296.301	3.377.156	3.403.859
Partes relacionadas	-	-	29	-	29	29
Arrendamentos	857	2.688	6.590	23.360	33.495	36.737
Provisão - Capex melhorias	49.804	144.905	380.207	-	574.916	651.875
Derivativos	2.622	-	-	-	2.622	1.351
Total	124.943	1.429.102	2.550.146	1.399.430	4.096.442	4.276.436

Classificação dos instrumentos financeiros:

	31/12/2025		31/12/2024		Categoria
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	419.594	419.594	236.760	236.760	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	43.315	43.315	41.968	41.968	Custo amortizado
Ativo financeiro da concessão	7.889.357	7.889.357	7.608.309	7.608.309	Valor justo por meio de resultado
Instrumentos financeiros derivativos	100.189	100.189	229.807	229.807	Valor justo por meio de resultado
Depósitos judiciais	366	366	210	210	Valor justo por meio do resultado
Partes relacionadas	154	154	162	162	Custo amortizado
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	994.950	994.950	1.129.236	1.129.236	Valor justo por meio de resultado
Debêntures	2.382.206	2.382.206	2.274.623	2.274.623	Valor justo por meio do resultado
Instrumentos financeiros derivativos	2.622	2.622	1.351	1.351	Valor justo por meio de resultado
Arrendamentos	33.495	33.495	36.737	36.737	Custo amortizado
Partes relacionadas	29	29	29	29	Custo amortizado
Fornecedores	108.224	108.224	98.972	98.972	Custo amortizado

Hierarquia de valor justo:

A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos:

A Companhia mantém empréstimos em moeda estrangeira e, conseqüentemente, está exposta ao risco de câmbio e são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela política aprovada, por meio da contratação de derivativos do tipo *swap* para proteger o risco cambial do fluxo de caixa dos empréstimos em moeda estrangeira descritos na nota explicativa 11.

As operações de *swap* vigentes consistem na troca da variação cambial por uma correção em taxa pré-fixada.

Os valores contábeis dos passivos monetários em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2025 montam em R\$994.950 (R\$1.129.236 em 2024).

Tais contratos permitem à Companhia mitigar o risco de alteração na taxa da moeda sobre o valor justo dos empréstimos tomados nas exposições do fluxo de caixa.

O valor justo dos swaps de moeda no encerramento do exercício é determinado pelo desconto dos fluxos de caixa futuros estimados, utilizando as curvas no encerramento do exercício divulgadas pela B3 S/A – Brasil, Bolsa, Balcão, curva futura de moeda CNH divulgada na Bloomberg e o risco de crédito inerente para esse tipo de contrato.

A tabela a seguir demonstra o valor do principal e os prazos remanescentes dos contratos de swap de moeda em aberto no fim do período de relatório:

<u>Contratos em aberto</u>	<u>Encargos dos empréstimos</u>	<u>Taxa prefixada do swap</u>	<u>Notional R\$</u>	<u>Valor justo R\$</u>
Banco BOCOM BBM	Pré 3,30%	CDI + 0,265% a.a.	782.856	75.897
ICBC	Pré 3,30%	CDI + 0,27% a.a.	235.800	21.670

Análise de sensibilidade

Conforme CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros, Evidenciação:

A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos. A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro.

Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros mencionados na nota explicativa 11 que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações.

<u>Operação</u>	<u>Principal</u>	<u>Taxa</u>	<u>Cenário I (-0,50)</u>	<u>Cenário II (-0,25)</u>	<u>Cenário III (provável)</u>	<u>Cenário IV (+0,25)</u>	<u>Cenário V (+0,50)</u>
1ª Emissão de debentures 1ª série	775.000	IPCA + 3,54%	268.564,640	326.828,794	386.909,236	448.842,290	512.664,610
2ª Emissão de debentures Série Única	1.055.000	IPCA + 5,81%	1.754.693,890	2.134.679,892	2.556.686,356	3.024.835,749	3.543.604,671
Loan BOCOM BBM	688.450	CDI + 0,26%	41.907,049	61.919,084	81.793,207	101.534,795	121.148,855
Loan ICBC	206.572	CDI + 0,23%	12.447,673	18.416,814	24.343,241	30.228,632	36.074,547

Outros riscos considerados relevantes

a) Risco regulatório

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

b) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil – Reforma Tributária

Em decorrência da promulgação da Emenda Constitucional nº 132/2023, o sistema tributário brasileiro passa por um processo estruturante de reforma, com a substituição gradual de tributos incidentes sobre o consumo — como PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI — pelos novos tributos Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), cujas regras de transição, alíquotas, regimes específicos e operacionais ainda dependem de regulamentação por meio de leis complementares e atos infralegais.

A implementação da Reforma Tributária ocorrerá de forma faseada ao longo dos próximos exercícios, podendo resultar em impactos relevantes na carga tributária efetiva, na dinâmica de aproveitamento de créditos, nos preços de venda, nos fluxos de caixa, bem como na mensuração de ativos e passivos tributários, incluindo impostos diferidos.

Considerando que parte significativa dos efeitos econômico-financeiros da Reforma Tributária ainda depende de definições normativas e operacionais futuras, existe incerteza quanto aos seus impactos finais sobre os resultados, a posição patrimonial e financeira e o desempenho futuro da Companhia.

A Administração acompanha continuamente a evolução do processo de regulamentação da Reforma Tributária, avaliando seus potenciais efeitos e adotando as medidas necessárias para adequação aos novos dispositivos legais, revisando suas estimativas contábeis sempre que aplicável, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

c) Mudanças climáticas

A Companhia contribui de forma relevante para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (“GEE”), reconhecidos como um dos principais responsáveis pelo aquecimento global e pelas mudanças climáticas. Ao operar com geração de energia proveniente de fonte renovável, sem a utilização de combustíveis fósseis, a Companhia não apenas fornece energia limpa para o desenvolvimento econômico do país, como também reduz a dependência nacional de fontes derivadas do petróleo.

Em relação as potenciais consequências das mudanças climáticas e seus impactos nos negócios, os principais riscos operacionais identificados incluem incêndios, explosões, interrupções operacionais e eventos naturais adversos. Todavia, não foram identificados riscos climáticos relevantes que possam afetar significativamente as operações da Companhia, excetuando-se a variação do regime hidrológico, que pode influenciar o volume de energia gerada.

A Companhia realiza continuamente o monitoramento e a atualização de seus estudos técnicos, com o objetivo de avaliar potenciais impactos das mudanças climáticas sobre sua capacidade futura de geração de energia e adotar medidas de mitigação ou adaptação quando necessário.

d) Debêntures

Estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. Os valores de mercado das debêntures são muito próximos dos valores contabilizados, considerando que para as dívidas de longo prazo dessa natureza, o mercado resume-se a um ente governamental.

22. Cobertura de seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros (não auditado).

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantém seguro de D&O ('Directors and Officer') no montante de R\$140.000 (limite compartilhado com outras empresas do grupo SPIC) com período de vigência de 08/11/2025 a 08/11/2026. Responsabilidade Civil Geral (RCG) com limite R\$ 50.000 com período de vigência de 30/11/2025 a 30/11/2026 e Riscos Operacionais, com vigência de 30/11/2025 a 30/11/2026, com limite máximo de indenização de R\$ 1.388.431.

As premissas de risco adotadas para a contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Composição da Diretoria

Adriana Waltrick
Diretora Geral

Guy Ishikawa
Diretor Financeiro

Valéria Lopes de Souza
Contadora
CRC - 1SP145065/O-9